

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.049.2016-80

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 10.055/2016

### PLENÁRIO

**EMENTA: APURAR RESPONSABILIDADE. CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO. PRINCÍPIO DA VERDADE REAL. RECOMENDAÇÃO. REMESSA DO ACÓRDÃO À DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.**

**1)** Considerando o entendimento desta Corte de Contas, acerca da prevalência da busca da verdade real sobre o formalismo processual, é possível a juntada de defesa complementar, ainda que protocolizada a destempo, se o intuito é esclarecer as irregularidades detectadas.

**2)** Constatado o atendimento à determinação desta Corte de Contas, constante no Acórdão n. 9.296, de 1º-10-2015, que fixou o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Gestor cumprisse o previsto nos artigos 48, parágrafo único, incisos II e III e 48-A, da Lei Complementar n. 101/2000, com a redação dada pela LC n. 131/2009, embora haja divergências entre as informações divulgadas, mostra-se cabível recomendar ao Gestor mais acuidade na publicação dos dados, bem como encaminhar o Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária desta Corte de Contas, para acompanhamento e análise das falhas apontadas, por ocasião do recebimento da prestação de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) NOTIFICAR** o Gestor para, no prazo de 60 (sessenta) dias, adotar as providências necessárias à divulgação correta e completa das informações acerca da gestão dos recursos públicos da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO**, esclarecendo os dispêndios realizados e os processos que os originaram, sob pena de aplicação de multa, no artigo 89, VII, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; **2) REMETER** o Acórdão à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

ORÇAMENTÁRIA, para acompanhamento e averiguação das divergências apontadas, no processo de prestação de contas da Unidade e **3) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador do MPE/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.049.2016-80

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar o cumprimento do Acórdão n. 9.296, de 1º-10-2015, prolatado nos autos n. 19.818.2015-90, que se referiam a processo autônomo, instaurado para verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à criação e funcionalidade do Portal de Transparência da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO**. Esta Corte decidiu, por unanimidade, o que segue:

Verificação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Funcionalidade do Portal da Transparência. Prefeitura Municipal. Correção das irregularidades quanto às informações desatualizadas no Portal. Notificação do Gestor.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto da Conselheira-Relatora, notificar o Gestor** para que, no **prazo de 60 (sessenta) dias**, proceda à **correção das irregularidades** quanto às informações incompletas acerca dos procedimentos licitatórios realizados, em desacordo com o inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, constatadas no presente feito, sob pena de abertura de processo autônomo para aplicação da multa prevista no artigo 89, incisos II e IV, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, devendo ser **encaminhada cópia do Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária** para acompanhamento. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antônio Jorge Malheiro e Ronald Polanco Ribeiro.

2. O processo foi distribuído em 11-05-2016 e encaminhado à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, houve sua manifestação por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, pela aplicação de multa ao Responsável, em razão do descumprimento do Acórdão n. 9.296/2015 (fls. 10/11).

3. Em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação por meio do Diário Eletrônico de Contas (fls. 15/18), tendo o Gestor

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

apresentado, intempestivamente, sua defesa, cuja juntada foi deferida com fundamento no entendimento desta Corte de Contas, acerca da prevalência da busca da verdade real sobre o formalismo processual (fls. 27/36).

4. A DAFO, em análise conclusiva (fls. 36/44), ratificou a manifestação anterior, uma vez que embora constassem mais informações divulgadas no sítio da Prefeitura Municipal, restava claro o descumprimento ao Acórdão n. 9.296/2015.

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador-Chefe, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se à fl. 50, acompanhando a manifestação da área técnica desta Corte de Contas.

6. É o brevíssimo Relatório.

7. Rio Branco, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.049.2016-80

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar o cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015, no qual foi determinado ao i. **PREFEITO MUNICIPAL DE JORDÃO**, no prazo de 60 (sessenta dias), sob pena de multa, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a criação do Portal de Transparência da mencionada **PREFEITURA MUNICIPAL**<sup>1</sup>.
2. Durante a instrução, constataram-se divergências entre o informado no sítio da Prefeitura e o constante no Portal da Transparência da Unidade<sup>2</sup>, uma vez que especificamente quanto à Tomada de Preços n. 001/2015, cujo objeto era a “construção de uma quadra de grama sintética na cidade de Jordão/AC”, há empenhos (n. 1041 e 1042) que fazem referência ao referido certame, mas o histórico não coincide com o objeto licitado. Ademais, há empenhos que não consta o número do respectivo processo que originou o consequente pagamento.
3. Verifica-se que além da necessária transparência na gestão de recursos públicos, os dados divulgados devem, por óbvio, refletir com fidedignidade os fatos destacados. No presente caso, embora apontadas divergências, afigura-se que as informações da Prefeitura Municipal de Jordão estão sendo disponibilizadas ao cidadão e a este Tribunal de Contas, pelo que é possível afirmar que houve o cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015, não descuidando, contudo, de apurar em processo de prestação de contas as inconsistências apontadas, bem como de

<sup>1</sup> A notificação do teor do Acórdão se deu em 19-11-2015, por meio do Diário Eletrônico de Contas de 19-11-2015 (fl. 09-v);

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01026-000/con\\_comparativoreceita.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01026-000/con_comparativoreceita.faces)>. Acesso em 10.out.2016;

Processo TCE n.º 22.049.2016-80

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

recomendar ao Gestor que atente para as informações constantes no sítio da Unidade e no Portal da Transparência, objetivando que contenham dados corretos e completos, sempre buscando permitir aos interessados que conheçam toda a gestão dos recursos públicos municipais.

4. Ante o exposto, **VOTO** pela:

**4.1 NOTIFICAÇÃO** do Gestor, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, adotar as providências necessárias à divulgação correta e completa das informações acerca da gestão dos recursos públicos da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO**, esclarecendo os dispêndios realizados e os processos que os originaram, sob pena de aplicação de multa, com fundamento no artigo 89, VII, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>3</sup>;

**4.2 REMESSA** do Acórdão a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e averiguação das divergências apontadas, no processo de prestação de contas da Unidade, e

**4.3** após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como Voto.

6. Rio Branco, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

<sup>3</sup> Art. 89 - O Tribunal poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Acre (UPF - ACRE), ou outro valor unitário que venha a substituí-lo em virtude de dispositivo legal superveniente, aos responsáveis por:

VII - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

Processo TCE n.º 22.049.2016-80

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.049.2016-80

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não cumprimento do Acórdão n. 9.296/2015

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.259ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéia Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 54)

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora